

VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - outubro de 2024 | Ano 3 | Edição 35 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  Aedas

VITÓRIA!

**EM SEMANA HISTÓRICA, JUIZ APROVA PROPOSTA DEFINITIVA
DO ANEXO I.1 E TJMG DECIDE PELA CONTINUIDADE
DA LIQUIDAÇÃO COLETIVA DOS DANOS INDIVIDUAIS**



Foto: Lucas Jerônimo



CRIANÇAS E DIREITO AO MEIO AMBIENTE

A luta pela reparação
para um presente e
futuro melhores

pág. 6 e 7



EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral

Diva Braga
Ranúzia Neta
Nina de Castro Jorge
Gabriela Cotta

Coordenação de Comunicação
Elaine Bezerra

Gestão Operacional
Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba,
Mário Campos, São Joaquim de Bicas
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

DECISÕES NO ANEXO I.1 E LIQUIDAÇÃO COLETIVA: ESPERANÇA POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO

Foto: Felipe Cunha/ Aedas



Atingidos durante o Encontro de Bacia.

São aproximadamente 6 anos de violação de direitos que atingem os territórios da Bacia do Rio Paraopeba e Represa três Marias. Nesse cenário, as vozes das pessoas atingidas ecoam por justiça, memória, coletividade, através de medidas reparatórias participativas que incidam em processos decisórios no território e, sobretudo, na vida das pessoas.



as vozes das pessoas atingidas ecoam por justiça, memória, coletividade

Nesse contexto, o Anexo I.1 evidencia um momento importante para as pessoas atingidas, pela perspectiva social, demonstrando a possibilidade da construção coletiva nos espaços participativos nos 120 dias e implicando em resoluções aprovadas no Encontro de Bacia com as 5 regiões atingidas e indicando como deve ser a gestão e aplicação dos recursos do anexo.

A aprovação da Proposta Definitiva foi esperada pelas comunidades atingidas de forma esperançosa, acreditando num processo participativo efetivo, no que diz respeito a reparação dos danos, as linhas de projetos, crédito e microcrédito, tendo como objetivo as demandas comunitárias orientadas pela governança popular em nível local, regional, inter-regional. Essa aprovação tem uma dimensão política, a partir das formas de manifestações,

intervenções e cobranças para que a execução do anexo I.1 se inicie. Essa construção foi de fato participativa, à medida que as pessoas atingidas definiram, em um rico processo democrático, as principais resoluções da proposta definitiva e aguardam, ainda, definições que são de responsabilidades das IJs.

A conquista apenas iniciou. A partir de agora, a incidência se dará para que seja uma execução participativa e que as resoluções sejam de fato garantidas.

Essa é uma semana de importantes conquistas para as pessoas atingidas. A aprovação da Proposta Definitiva do Anexo I.1 pelo Juiz Murilo de Abreu e a decisão pela continuidade da liquidação coletiva pelo TJMG, com manutenção da inversão do ônus da prova, abrem um horizonte de esperança no futuro e sentido da luta nos territórios.

VOZES DA GENTE

Na coluna "Vozes da Gente" desta edição, leia os depoimentos das pessoas atingidas sobre a importância dos estudos socioambientais da R2 e a participação na oficina de comunicadores populares em Brumadinho.

IMAGENS, MEMÓRIAS E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

“Gostei muito da oficina. Discutimos projetos de comunicação, compartilhamos memórias e lembranças. Assistimos a filmes e criamos narrativas baseadas nas nossas memórias. Trabalhamos com histórias e imagens, o que trouxe lembranças muito boas. Escolhi imagens da minha família e uma que representa o futuro do meio ambiente.



MARIA DE FÁTIMA,
Quilombo Sanhudo, Tejuco

COMUNICAÇÃO PARA FORTALECER VOZES

“Eu achei a oficina importante porque ela aborda comunicação e nos orienta a melhorar nossa habilidade de utilizar equipamentos que eu não saberia usar sozinho. Para mim, foi importante aprender mais sobre como focar na produção de vídeos, áudios e sons, permitindo que eu faça denúncias para alcançar as pessoas.



LEVI DUARTE,
Presidente, Brumadinho

AR, SOLO E PLANTAS ATINGIDOS PELA CONTAMINAÇÃO

“Hoje nós estamos sofrendo as consequências com a poeira, que é o ar que está poluído, o solo está poluído e as plantas que não estão sobrevivendo mais, por causa dessas contaminações que a gente ainda tem que saber, pois as pessoas ainda têm dúvidas.



LINDAURA PRATES,
Fhemig, São Joaquim de Bicas

IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

“Nós Povos Tradicionais sentimos a diferença da natureza. A gente sente que a natureza já não é a mesma, as plantas já não são as mesmas, mas a gente não tinha isso de uma forma específica como vem um estudo nos orientar, nos esclarecer.



TATA MEBAGANDI
Nzo Mona Jindangi, PCTRAMA, Betim

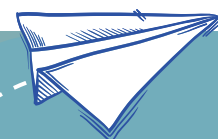


Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



histórias atingidas

A Silvinha sou eu!
O olhar de Silvia sobre afeto, direitos e reparação

Texto e fotografias: Felipe Cunha

"AS CRIANÇAS TÊM DIREITO DE BRINCAR, DE SAÚDE, DE NADAR, DE LAZER E DE IR AO PARQUINHO"



SILVIA NEVES, 8 ANOS,

▪ **SÃO JOAQUIM DE BICAS, FHEMIG**



"A VALE NÃO OUVE, NÓS, CRIANÇAS"

barragem cheia de 'lixo', aí rompeu e o 'lixo' foi para o rio Paraopeba. Agora, não tem mais peixes não dá para nadar no rio ou pescar".

Ela expressa seus desejos sonhando por um mundo mais gentil: "Eu queria que parassem de queimar as árvores, porque os macaquinhos perdem suas casas. Também queria que arumassem as ruas - o ônibus já deveria estar parando no ponto aqui. Queria mais clínicas veterinárias, mais parques, porque a gente tem que ir de carro ou a pé para chegar ao parquinho mais próximo. E que houvesse mais plantações".

Silvinha, sempre criativa, imagina que, se fosse uma super-heroína, seu superpoder seria o poder da água, para apagar incêndios. Já sua irmã Pyetra, presente na conversa, faz sua intervenção e diz que gostaria de ter o poder do vento, para refrescar o mundo. Assim,

Silvinha seria a heroína da água e Pyetra, a heroína do vento.

Quando perguntada sobre o que mudaria no mundo, Silvinha responde: "Mudaria a temperatura da Terra, porque os adultos estão 'desevolvendo'. Eu diria também para quem cuida da mineração cuidar mais do rio, ao invés de pegar só as coisas raras e deixar o povo mais pobre. A Vale não ouve, nós, crianças".

Por fim, ela revela um sonho: "Quero ser fotógrafa. Eu gosto de fotografar o mundo, olhar pelas lentes e capturar, eu me sinto feliz".

"EU QUERIA QUE PARASSEM DE QUEIMAR AS ÁRVORES, PORQUE OS MACAQUINHOS PERDEM SUAS CASAS"

Quem é a Silvinha? Pergunto. Com os olhos brilhando e o peito cheio de orgulho, ela sorri e responde: 'a Silvinha sou eu!', como se o mundo todo coubesse na simplicidade de ser quem é.

Silvinha Neves nasceu em São Joaquim de Bicas. Ela tem quatro irmãos, incluindo a Pyetra, que estava presente durante a entrevista. Está no terceiro ano e vai para a escola de ônibus escolar, mas precisa caminhar um pouco para pegá-lo.

Entre suas atividades favoritas, gosta de andar de bicicleta, aprender coisas novas e jogar futebol. Com o coração cuidadoso, Silvinha já entende os segredos da natureza: "Não pode sujar o

mundo, não pode arrancar as plantas, tem que regar e cuidar".

Silvinha fala da Ciranda da Aedas com o encantamento do novo: "É uma das coisas que mais gosto de fazer, lá tem brincadeiras, aprendemos sobre direitos. As crianças têm direito de brincar, de saúde, de nadar, de lazer e de ir ao parquinho".

No entanto, ela observa que em sua comunidade as condições são diferentes: "Aqui no Fhemig, não temos direito a nadar, direito a brincar, nem à saúde, porque está tudo empoeirado".

Com um olhar que mistura a pureza da infância e um acontecimento triste que atravessou sua vida, Silvinha comenta sobre o rompimento: "Tinha uma

JUSTIÇA MANTÉM DECISÃO QUE DETERMINA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E A CONTINUIDADE DA LIQUIDAÇÃO COLETIVA

INDENIZAÇÕES. Voto dos desembargadores que nega recurso da Vale é considerado uma vitória para a luta da população atingida!

Júlia Rohden

Colaboração: Lucas Jerônimo

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negaram recurso da Vale que tentava invalidar o processo de liquidação coletiva dos danos individuais das pessoas atingidas pelo rompimento. A segunda sessão para julgar o recurso aconteceu em 24 de outubro e significa, na prática, que se a Vale quiser negar direitos, deverá provar que não causou o dano ou que o dano não tem ligação com o rompimento da barragem (chamado de “inversão do ônus da prova”), contrapondo provas apresentadas pela perícia, Instituições de Justiça (IJs) e assessorias técnicas.

Os desembargadores rejeitaram o recurso da Vale que

pedia a alteração da decisão do juiz de primeira instância Murilo Silvio de Abreu. Ou seja, os desembargadores mantiveram a decisão do juiz que, entre outros pontos, determinou a inversão do ônus da prova, a continuidade da liquidação coletiva dos danos individuais e o reconhecimento das Instituições de Justiça como representantes das pessoas atingidas.

“Nós da Aedas consideramos que esse julgamento é uma vitória para a luta da população atingida, pois reforça a necessidade da continuidade da resolução coletiva para a reparação individual. Esta decisão do TJMG desconstituiu os argumentos da Vale ao sustentar a necessidade da liquidação coletiva como metodologia adequada com a garantia da perícia judicial



Foto: Lucas Jerônimo/Aedas

Pessoas atingidas se manifestam do lado de fora do Tribunal

para elaboração da Matriz de Danos e Reconhecimento e garantia do acesso à justiça” avalia David Souza, técnico da Aedas que integra a equipe de Estratégias Jurídicas da Reparação.

Enquanto acontecia a sessão de julgamento, atingidos de diversas regiões da Bacia do Paraopeba se manifestaram em frente ao tribunal denunciando a Vale. “Hoje é um dia de alegria para nós atingidos. É com muita expectativa que esperávamos

pelo julgamento. A inversão do ônus da prova é um grande avanço e nos aproximamos mais da nossa conquista de indenização individual”, reforça Joelisia Feitosa, da comunidade Satélite, Juatuba.

“
A inversão do ônus da prova é um grande avanço

Como votaram os desembargadores

Na primeira sessão de julgamento, no dia 10 de outubro, o desembargador André Leite Praça, relator do caso, negou o recurso da Vale, por avaliar que as IJs têm legitimidade para iniciar a fase de liquidação coletiva dos danos individuais homogêneos devido à complexidade e dimensão dos danos causados.

O desembargador também foi favorável a inversão do ônus da prova, e considerou importante a manutenção da perícia judicial nessa fase processual.

O 2º desembargador a votar, Marcus Vinícius do Valle, concordou com a maioria dos pontos do relator, porém acolheu parte do recurso da Vale para não inverter o ônus da prova.

Por fim, o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, que pediu mais tempo para analisar o caso, na segunda sessão negou a legitimidade das Instituições de Justiça para representar as pessoas atingidas na fase de liquidação coletiva, mas concordou com o Relator para manter a inversão do ônus da prova.

Mesmo havendo divergência quanto à inversão do ônus da prova pelo Des. Marcus Vinícius, e quanto à legitimidade das Instituições de Justiça pelo Des. Carlos Braga, os pedidos da Vale foram negados pela maioria. Isto impõe a manutenção da decisão do juiz de primeira instância Dr. Murilo. Cabe recurso por parte da Vale.

AS CRIANÇAS E O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS

"Meu quintal era maior que o do mundo, era os bichinhos, era o menino e o sol, o menino e o rio, era o menino e as árvores".
(Manoel de Barros em Memórias Inventadas, 2008).



CIRANDA. Nos espaços participativos elas exercem seu papel na luta pela reparação para um presente e futuro melhores

Isis de Oliveira

O Dia das Crianças é comemorado em 12 de outubro em todo o Brasil. Nesta data, além de celebrar a importância da infância, propomos uma reflexão sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as crianças atingidas da Bacia do Paraopeba, seu reconhecimento e direito à dignidade no processo de reparação integral.

A presença de metais pesados no solo e no ar, poluição das águas, enfermidades antes desconhecidas nas pessoas e em diversas espécies da fauna e flora. Esses são alguns dos impactos visíveis no dia a dia das comunidades atingidas. As consequências das frequentes crises climáticas, como o aumento das temperaturas, queimadas, enchentes entre outros fatores, agravam ainda mais o cenário da saúde e qualidade de vida dessas pessoas, principalmente das crianças e adolescentes atingidos.

Faltam pautas que incluam as crianças



Ana Luiza (São Joaquim de Bicas), e Bryan Victor (Juatuba)

Nos últimos anos, a Aedas tem viabilizado espaços em que as crianças e adolescentes sejam reconhecidas como sujeitas de direitos dignas de reparação, pois a luta não é só coisa de gente grande. Neles, as infâncias atingidas também são protagonistas, se reconhecem como sujeitos de direito e participam ludicamente expondo suas ideias e anseios por um presente melhor, nos ensinando a olhar para a reparação

sob suas perspectivas, desejos e sonhos.

Em espaços participativos como a Ciranda Infantil, as crianças e adolescentes desenvolvem diversas atividades pedagógicas, com metodologias próprias para suas especificidades sociais, cognitivas, de acordo com suas faixas etárias, principalmente relacionadas com as pautas socioambientais. Elas também contribuem, pensando e se

expressando criticamente mostrando que querem ser ouvidas.

Ter atenção com a natureza

"Assistimos a filmes e fazemos cartazes sobre os biomas e sobre o que está acontecendo com a natureza. Se a gente prestar atenção, as pessoas não estão cuidando dela, está tudo morrendo e poluído. O rompimento da barragem trouxe muito prejuízo para a natureza e para as pessoas. Além de perder familiares, muita gente perdeu o contato com a natureza", diz Ana Luiza, da comunidade Boa Esperança em São Joaquim de Bicas.

Além da perda do meio ambiente ecologicamente equilibrado, as crianças atingidas também têm outros direitos violados. Faltam pautas que incluam as crianças e suas necessidades, tais como os acessos às políticas públicas específicas nos âmbitos da saúde,

educação, cultura e lazer. Em um efeito cascata, a vida social, a saúde mental e psicológica também são comprometidas, prejudicando a vivência da infância em sua plenitude pela perda de tudo o que um dia lhe foi cotidiano, como o ambiente ao seu redor, sua relação com a terra, com o rio e sua comunidade.

"A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processos de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis" (ECA, Art. 15.)

Somos o futuro, somos as sementes

Bryan Victor, morador da comunidade Ponte Nova em Juatuba conta que consegue ver as mudanças da natureza no território. "Muitos animais, como os peixes, sucuris e capivaras, são difíceis de encontrar agora e os que restam estão vivendo na poluição. Tinha gente que morava perto do rio, que pescava e nadava lá, e isso acabou", contou. Ele também espera que a mineradora e as instituições de justiça cumpram o seu papel no processo de

reparação. "Espero que a Vale e os responsáveis trabalhem juntos para tirar o rejeito do rio, façam barreiras de contenção para que ele não volte para as casas. Um presente que eu gostaria de ver para as crianças seria o ser humano parar de desmatar. Isso mudaria muito as coisas", aponta.

Cuidar da natureza

Para Ana Luiza, o desejo é o de um futuro com saúde. "Que as crianças tenham muito tempo de vida e possam crescer em um

ambiente saudável, para brincar e ser criança. Que os adultos cuidem mais do meio ambiente, não poluam, não joguem lixo, porque isso prejudica a todos nós. Cuidar da natureza é importante para poder plantar e ter um ar melhor".

O que fica para Bryan são as perguntas ainda sem respostas e o desejo latente pela garantia de direitos, com a esperança de dias melhores. "Até 2030, que mundo viveremos com desmatamento, aquecimento global e efeito estufa? O rompimento da barragem foi algo muito triste. E nós, crianças, seremos o futuro, somos as sementes".

CIRANDA

Total de 299 participações de crianças e adolescentes nos 25 espaços de Ciranda.

Distribuição por gênero: 59,5% meninas e 40,5% meninos.

Destaque para a participação de crianças e adolescentes PCDs e neurodivergentes, totalizando 14,3% nos nossos espaços.

Autodeclaração racial:

Branços 24,08%
Pretos 23,08%
Pardos 45,48%
Não declarados são 7,02%

Dados de Janeiro à Outubro de 2024
(fonte: Aedas)

Os espaços participativos como a Ciranda têm proporcionado que as crianças possam se expressar e aprender ludicamente sobre o processo de reparação.

Crianças: Sophia Emanuely Amorim Bernardes, Rafael Bianco, Stephan Miguel de Oliveira

FORTALECER O SUS É UMA NECESSIDADE DOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO

ENTREVISTA. Promotora de justiça do MPMG, Dra Vanessa Campolina, fala da importância de uma abordagem de saúde específica para a população atingida

Foto: Diego Cota/Aedas

Diego Cota

O meio ambiente saudável é um direito humano que é sucessivamente violado em territórios minerados, especialmente naqueles atingidos por rompimentos de barragens, como em Brumadinho e na Bacia do Rio Paraopeba. A saúde, nesse contexto, é de diversas formas afetada com novas questões e problemas que demandam do SUS (Sistema Único de Saúde) um olhar específico para a situação da população atingida.

Está em curso em Minas Gerais a elaboração do Protocolo de Assistência à Saúde aos Casos de Exposição a Substâncias Químicas Decorrentes da Atividade Minerária no Âmbito do SUS. Com o protocolo, a Saúde visa enfrentar uma lacuna que está presente na dinâmica desses territórios.

“

O SUS tem como princípio basilar a Participação Comunitária



Diálogo sobre saúde em visita do MPMG na Região 2

O Jornal Vozes do Paraopeba conversou com a promotora Dra Vanessa Campolina, da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sanitária Centro, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), sobre o SUS e a situação nos territórios atingidos.

Como o Ministério Público de Minas Gerais pautou a criação do protocolo de saúde?

Vanessa Campolina: Logo após o rompimento, o Ministério da Saúde contratou um estudo para análise da situação de saúde da população de Brumadinho, conduzido pela Fiocruz Minas e UFRJ.

Em 2022, a Fiocruz procurou o MP, porque os primeiros resultados estavam saindo e alguns pontos de preocupação foram identificados.

Os relatórios apontaram uma exposição a metais. Essas pessoas tinham níveis de metais acima do valor de referência (Arsênio, Chumbo e outros). Então nós começamos uma grande movimentação de conversa entre município, Estado, Ministério da Saúde e Fiocruz, porque foi identificado uma lacuna no sistema de saúde.

Ela se apresenta da seguinte forma: se você tem uma situação de intoxicação, o SUS consegue responder, mas não consegue responder para um monitoramento dessas pessoas expostas.

O Protocolo é parte dessas medidas que o Estado precisa

adotar para que essas pessoas tenham a resposta adequada do SUS. Nós do MPMG abrimos uma Consulta Pública e contribuimos para a melhoria desse protocolo.

Qual a importância de ter um protocolo específico para atendimento das pessoas atingidas?

V.C.: O Protocolo é somente um passo, ele é um documento orientativo da saúde relacionado aos metais. O que nós discutimos também, não só a importância desse passo que foi dado, mas passos para além com a elaboração de protocolos específicos para as pessoas atingidas.

Quando uma pessoa procura a atenção primária, da mesma

forma que ela apresenta a condição dela de saúde, nós entendemos que é importante que a condição de pessoa atingida também precisa ser considerada no SUS.

No contexto do território atingido, como o fortalecimento do SUS pode contribuir para a qualidade de vida das pessoas?

V.C.: Por mais que seja um rompimento de barragem, a resposta em saúde é feita dentro do SUS. É o SUS que vai precisar atender aquelas pessoas, se fortalecer para conseguir absorver toda essa demanda que veio dos rompimentos. E nós percebemos que as necessidades em saúde são muitas e são específicas.

Nós levamos para debate público, na ALMG e no Conselho Estadual de Saúde. E por que pensar em termos de política? Se você transforma em política, vira uma política de Estado com responsabilidades e atribuições de cada ente estabelecida. Então, nós entendemos que essa política ela é uma resposta positiva e o que a gente propõe nela reflete muito o que o território precisa de fortalecer.



A mineração diminui o bem-estar, a qualidade de vida

Sobre os programas de vigilância em saúde, como eles têm sido planejados?



Foto: Diego Cota / Aedas

Saúde foi pauta em encontro com as IJ's, no Córrego do Feijão

V.C.: Depois de dois rompimentos de barragem e considerando que nós somos um estado minerário, o Estado não responde à altura em relação à vigilância de saúde ambiental.

O Ministério da Saúde tem os programas, que é a vigilância da água (VigiÁgua), do ar (VigiAr) e do solo (VigoSolo). O mais fortalecido deles é o VigiÁgua. Mesmo assim, precisando muito de investimento.

Então nós começamos a instar o Estado a responder melhor a esses programas de vigilância, porque se você tem uma vigilância fortalecida no território, você consegue orientar melhor, absorver e trabalhar melhor esses dados e direcionar a política.

Esse ano saiu uma resolução da Secretaria de Estado de Saúde (SES) de fortalecimento do VigiÁgua e do VigiAr, com prioridade para os territórios atingidos. Pela resposta que nós tivemos, a implementação do VigiAr será nesse ano de 2024 e a do VigiSolo em 2025.

Como tem sido o diálogo com as lideranças atingidas que se organizam na busca por direitos à saúde?

V.C.: No ano passado nós fizemos, junto com a Cimos, a visita a todos os territórios atingidos. E tudo que a gente escuta e coleta, consideramos com muita importância e isso precisa ser revertido em resposta. Nós levamos esses problemas ao Comitê de Compromitentes, para a SES, ao Ministério da Saúde e é justamente isso que vai direcionando as nossas ações.

O SUS tem como princípio basilar a Participação Comunitária. Então as respostas em saúde não podem ser construídas sem as pessoas que estão sendo afetadas. Eu preciso que a comunidade participe ativamente da construção. Por isso que eu vejo como uma mobilização importantíssima não só das lideranças, como dos movimentos, das comissões, das ATIs e da participação.

Quais são os caminhos possíveis para que a saúde pública seja fortalecida nos municípios atingidos?

V.C.: A saúde trabalha com determinantes socioeconômicos e socioambientais. Eu enxergo hoje que um dos maiores desafios nos territórios atingidos no fortalecimento da saúde é que muitas vezes a resposta não está na saúde. Ela está na melhoria de condição de vida daquela pessoa e na melhoria do meio ambiente. E nisso nós temos a mineração que continua no território, não só a empresa que praticou o crime.

Se nós não tivermos uma resposta nesse sentido, garantindo a renda dessas pessoas, uma cidade com qualidade de vida, um meio ambiente de qualidade, a mobilidade, você não consegue dar uma resposta efetiva na saúde. Então, a resposta em saúde está dentro do SUS, não está fora. Ela está no fortalecimento desses determinantes socioeconômicos e socioambientais.

PROPOSTA DEFINITIVA DE GESTÃO DOS RECURSOS DO ANEXO I.1 É APROVADA PELO JUIZ MURILO DE ABREU PARTICIPAÇÃO.

Decisão destaca o protagonismo popular no processo

Lucas Jerônimo

O juiz Murilo Silvio de Abreu aprovou, na terça-feira (22), a proposta Definitiva da Entidade Gestora (EG) para gestão de parte dos recursos do Anexo I.1: Projetos de demandas das comunidades. A EG é formada pela parceria entre Cáritas, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e Instituto E-Dinheiro Brasil.

Na decisão, o juiz responsável pelo acompanhamento do processo avaliou que a proposta da Entidade Gestora atende aos critérios de centralidade das pessoas atingidas no processo decisório do Anexo I.1 e que “a proposta observou as deliberações/resoluções das pessoas atingidas sobre a estruturação da forma com que o recurso do Anexo I.1 será aplicado”.

“

atingidos e atingidas se mobilizaram por transparência, celeridade e participação

Para a entidade gestora, “a decisão do juiz, além de avançar no sentido do tão aguardado início do Anexo I.1, reforça



Foto: Felipe Cunha / Aedas

Pessoas atingidas das 5 regiões durante Encontro da Bacia em junho deste ano.

e cristaliza o direito das pessoas atingidas de participarem e decidirem sobre seu modelo de gestão, inclusive sobre os serviços, ações, formações, capacitações, cronograma e custos da Entidade Gestora.

O juiz analisou as propostas das entidades classificadas em 2º e 3º lugar (FGV e UNOPS) e avaliou que o custo de remuneração da Entidade Gestora previsto na “Proposta Definitiva” da Cáritas é inferior ao valor histórico de remuneração previsto nas “Propostas Básicas” das outras duas instituições.

Transparência

Também ficou determinado o sigilo dos documentos apresentados pelas outras entidades por conter dados sensíveis. A Entidade Gestora foi intimada

a apresentar a prestação de contas dos valores liberados para a construção da proposta definitiva no prazo de dez dias.

A Entidade Gestora afirmou que “a prestação de contas referida pelo Dr. Murilo, foi realizada no dia 01 de outubro de 2024, no entanto, seu envio foi feito por e-mail. Conforme solicitado, a EG vai anexar a prestação de contas ao processo no prazo informado, além de publicar em linguagem simplificada para melhor compreensão das pessoas atingidas”.

O juiz afirmou, ainda, que a conta judicial onde está depositado o valor total do Anexo I.1 já rendeu cerca de R\$ 350 milhões. Com este montante, segundo ele, será possível executar o que está previsto na proposta definitiva e, ao mesmo tempo, manter o valor de R\$ 3 bilhões para o I.1, sem prejuízos para as pessoas atingidas.

Participação

De acordo com levantamentos da Entidade Gestora, os espaços participativos dos 90 dias que antecederam a decisão da justiça contaram com a presença de 1.385 pessoas atingidas de todas as regiões. Ainda segundo a EG, 91% dos participantes afirmam ter tido o direito de fala e participação.

Ao longo dos meses iniciais, desde a escolha da Entidade Gestora, atingidos e atingidas se mobilizaram por transparência, celeridade e participação nesta parte do acordo judicial de reparação.

O processo de construção da proposta de gestão pela Entidade Gestora junto aos atingidos e atingidas contou também com o acompanhamento da Aedas.

giro de **notícias**



Foto: Felipe Cunha / Aedas

Aedas promove oficinas de Comunicação em Brumadinho

No dia 19 de outubro, a equipe de Comunicação da Aedas realizou a Oficina de Comunicadores Populares em Brumadinho. Na atividade, as pessoas construíram filmes-memória a partir de imagens trazidas por elas e puderam experimentar o processo de roteirização, gravação de áudio e edição dos filmes. As crianças presentes também produziram seus próprios filmes-memória. Em breve, divulgaremos os filmes produzidos durante a oficina!



Foto: Diego Cota / Aedas

Quilombo do Gunga recebe certificação da Fundação Palmares

O Quilombo do Gunga, localizado em Piedade do Paraopeba, Brumadinho, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 30 de setembro de 2024. Essa certificação representa um marco na mobilização da comunidade para sua autoidentificação como território quilombola, promovendo o respeito à história e identidade afrodescendente. A certificação garante o direito da comunidade à Consulta Livre, Prévia e Informada.

Peixes são encontrados mortos às margens do rio Paraopeba



Foto: Foto enviada por atingida de Juatuba

Os danos socioambientais continuam a se repetir nas comunidades atingidas. Após chuvas intensas, em 12 de outubro, centenas de peixes mortos foram encontrados na divisa entre Betim, Juatuba e São Joaquim de Bicas, alarmando pescadores e a Defesa Civil. A denúncia foi enviada à Comissão de Meio Ambiente da ALMG, levantando dúvidas sobre a eficácia das ações de reparação, como a dragagem do rio, que permanece atrasada e incompleta, segundo auditoria da Aecom.

Aedas promove Seminário sobre Saúde e Exposição a Metais na Região 2



Foto: Felipe Cunha/Aedas

No dia 10 de outubro, a Aedas realizou um seminário na PUC de Betim para apresentar os resultados dos estudos socioambientais e de saúde da Região 2 conduzidos pela UFOP e EcoEnviroX. Foram divulgados dados sobre a presença de metais pesados, como arsênio, cromo, chumbo, manganês e cádmio em 888 amostras de poeira, água, solo, peixes e plantas coletadas entre 2021 e 2022.

Dia dos Professores - 15 de outubro

SEMEADORES DE ESPERANÇA NAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Gratidão e reconhecimento aos professores que transformam cada sala de aula em um espaço de esperança, aprendizado e resistência. Vocês plantam as sementes do conhecimento em terras marcadas pela dor e pela luta. O trabalho de vocês ecoa na vida de cada criança, jovem e adulto, fortalecendo a resiliência e a união dessas comunidades.

